



A abolição  
do *homem*

C.S.  
LEWIS



Edição *especial*



THOMAS NELSON  
BRASIL



A abolição  
do *homem*  
C.S.  
LEWIS

Edição *especial*



THOMAS NELSON  
BRASIL



Título original: *The Abolition of Man*

Copyright © The Abolition of Man by CS Lewis © C. S. Lewis Pte Ltd. 1944.  
First published by Oxford University Press in 1944. Published by Collins in 1978.  
Edição original por HarperCollins *Publishers*. Todos os direitos reservados.  
Copyright de tradução © Vida Melhor Editora S.A., 2017.

Todos os direitos desta publicação são reservados por Vida Melhor Editora, S.A.  
As citações bíblicas são da *Nova Versão Internacional* (NVI), da Bíblia, Inc., a menos que seja especificada outra versão da Bíblia Sagrada.

Os pontos de vista desta obra são de responsabilidade de seus autores, não refletindo necessariamente a posição da Thomas Nelson Brasil, da HarperCollins Christian Publishing ou de sua equipe editorial.

Publisher *Omar de Souza*  
Gerente editorial *Samuel Coto*  
Editor *André Lodos Tangerino*  
Assistente editorial *Bruna Gomes*  
Copidesque *Davi Freitas*  
Revisão *Mauro Nogueira e Giuliana Castorino*  
Projeto gráfico e diagramação *Sonia Peticov*  
Capa *Rafael Brum*  
Conversão para e-book *Abreu's System*

**CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE  
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ**

---

L652a

Lewis, C. S.

A abolição do homem / C. S. Lewis; traduzido por Gabriele Greggersen. 1<sup>a</sup> ed. — Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2017.

Tradução de: *The Abolition of Man*

ISBN 9788578602055

1. Filosofia e religião 2. Cristianismo I. Greggersen, Gabrielle II. Título.

17-44455

CDD: 210

CDU: 2-1

---

Thomas Nelson Brasil é uma marca licenciada à Vida Melhor Editora, S. A.

Todos os direitos reservados à Vida Melhor Editora S.A.

Rua da Quitanda, 86, sala 218 – Centro

Rio de Janeiro – RJ – CEP 20091-005

Tel.: (21) 3175-1030

[www.thomason.com.br](http://www.thomason.com.br)

# SUMÁRIO

[Capítulo 1 | 1 – Homens sem peito](#)

[Capítulo 1 | 2 – O caminho](#)

[Capítulo 1 | 3 – A abolição do homem](#)

[Apêndice – Exemplos do Tao](#)

[Exemplos do Tao](#)

[1. A lei da benevolência geral](#)

[2. A lei da benevolência especial](#)

[3. Deveres para com parentes, mais velhos e ancestrais](#)

[4. Deveres para com os filhos e a posteridade](#)

[5. A lei da justiça](#)

[6. A lei da boa-fé e da veracidade](#)

[7. A lei da misericórdia](#)

[8. A lei da magnanimidade](#)

[Notas finais](#)

[CAPÍTULO 1 – Homens sem peito](#)

[CAPÍTULO 2 – O caminho](#)

[CAPÍTULO 3 – A abolição do homem](#)

# A abolição do *homem*

Clive Staples Lewis (1898-1963) foi um dos gigantes intelectuais do século XX e provavelmente o escritor mais influente de seu tempo. Era professor e tutor de Literatura Inglesa na Universidade de Oxford até 1954, quando foi unanimemente eleito para a cadeira de Inglês Medieval e Renascentista na Universidade de Cambridge, posição que manteve até a aposentadoria. Lewis escreveu mais de 30 livros que lhe permitiram alcançar um vasto público, e suas obras continuam a atrair milhares de novos leitores a cada ano.

*O Mestre disse: Aquele que ataca um  
fundamento pelo lado errado destrói toda a  
estrutura.*

CONFÚCIO, *Analectos*, II. 16

*Então, ele deu a ordem de matar  
E assassinou as criancinhas.*

CANTIGA INGLESA TRADICIONAL

## *Homens sem peito*

Tenho minhas dúvidas se estamos dando a devida atenção à importância de livros-texto usados nas escolas de ensino básico. Esse é o motivo por que eu escolhi, como ponto de partida dessas preleções, um livro didático de língua inglesa destinado aos “meninos e meninas das séries finais”. Não acho que os autores desse livro (havia dois deles) pretendessem prejudicar alguém. E eu lhes devo um agradecimento — ou ao seu editor —, por terem me enviado um exemplar de cortesia, embora, eu não tenha, ao mesmo tempo, nada de bom a dizer deles. E essa é uma situação delicada. Não quero expor ao ridículo dois modestos professores que estão na ativa, já que eles deram o melhor de si, dentro do que estava ao alcance do conhecimento deles, mas não posso me calar sobre o que eu penso ser a tendência real do trabalho deles. Por isso, proponho omitir os nomes e, assim, me referir a esses senhores como Gaio e Tito e ao livro deles como *Livro verde*. Mas eu lhes garanto que esse livro existe e que o tenho na minha biblioteca.

No capítulo dois, Gaio e Tito citam a famosa história de Coleridge junto à queda d’água. Você há de se lembrar de que havia dois turistas presentes: um que a chamou de “sublime” e outro, de “bela”; e que Coleridge endossou o primeiro juízo mentalmente e rejeitou o segundo, horrorizado. Gaio e Tito assim comentam o caso: “Quando o homem disse *Isso é sublime*, parecia fazer uma observação sobre a queda d’água... Na verdade... Ele não estava fazendo nenhum comentário sobre a cachoeira, mas uma observação sobre os seus próprios sentimentos. O que ele realmente quis dizer foi *Na minha cabeça, os meus sentimentos têm a ver com a palavra sublime*. Em suma *Tenho sentimentos sublimes*”. Há uma boa quantidade de questões profundas envolvidas aqui de forma sintetizada. Mas os autores não param por aí. Eles acrescentam: “Tal confusão permanece presente em nosso linguajar cotidiano. Parece que

estamos dizendo algo muito importante sobre alguma coisa; quando, na verdade, estamos apenas dizendo algo referente aos nossos próprios sentimentos”.<sup>1</sup>

Antes de analisarmos os temas realmente implicados neste pequeno e significativo parágrafo (que foi planejado, como você deve se lembrar, para as “séries finais”), devemos eliminar mais uma confusão em que Gaio e Tito se meteram. Mesmo na sua própria visão — e em qualquer outra que se possa imaginar — ao dizer *Isso é sublime*, a pessoa não quer dizer *Tenho sentimentos sublimes*. Mesmo se reconhecermos que a noção qualitativa de sublimidade seja simples e unicamente uma projeção de nossas próprias emoções nas coisas, ainda assim, as emoções que incitam as projeções são os correlativos e, portanto, quase os opostos das qualidades projetadas. Os sentimentos que fazem uma pessoa chamar um objeto de sublime não são sentimentos sublimes, mas de veneração. Se quisermos reduzir *Isso é sublime* a qualquer afirmação sobre os sentimentos de quem está falando, a tradução apropriada seria *Tenho sentimentos humildes*. Se a visão sustentada por Gaio e Tito fosse aplicada consistentemente, ela levaria a absurdos evidentes. E os forçaria a ter que sustentar que *Você é desprezível* signifique *Tenho sentimentos desprezíveis*. A rigor, *Seus sentimentos são desprezíveis* significa *Meus sentimentos são desprezíveis*. Mas não percamos tempo nesse, que, na verdade, é o *pons asinorum* de nosso tema. Seria injusto para com Gaio e Tito enfatizar o que, sem dúvida, foi uma mera desatenção.

O aluno que lê essa passagem do *Livro verde* vai acreditar em duas proposições: primeiro, que todas as sentenças que contenham um juízo de valor sejam declarações sobre estados emocionais do emissor; e, segundo, que todas as declarações desse tipo carecem de importância. É bem verdade que Gaio e Tito não disseram nada disso literalmente. Eles apenas trataram um juízo de valor particular (sublime) como algo que descreve as emoções do emissor. Ficou por conta dos próprios alunos estenderem o mesmo tratamento a todos os juízos de valor; sem o menor obstáculo para levar isto em sua jornada. Os autores podem ou não ter tido esta intenção; podem não ter refletido sequer cinco minutos sobre isso. Não me interessa o que eles pretendiam ou não provocar, mas o efeito que o seu livro certamente terá sobre a mente desse aluno. Da mesma forma, eles tampouco disseram que juízos de valor não são importantes. Suas palavras são “*parece* que estamos dizendo algo muito importante”, quando, na

verdade, “estamos *apenas* dizendo algo referente aos nossos próprios sentimentos”. Nenhum aluno estará em condições de resistir à sugestão emanada pela palavra *apenas*. Claro que não quero dizer que ele fará alguma dedução consciente, a partir de sua leitura, para uma teoria filosófica geral na qual todos os valores são subjetivos e triviais. O próprio poder das palavras de Gaio e Tito depende do fato de que eles estão lidando com um garoto; um garoto que supõe estar se preparando para as provas de inglês e não tem noção de que a ética, a teologia e a política estão em jogo. Não se trata de uma teoria sendo incutida em sua cabeça, mas de um pressuposto que, daqui a mais dez anos, quando suas origens estiverem esquecidas e sua presença for inconsciente, irá condicioná-lo a tomar um posicionamento na controvérsia, a qual ele nunca reconhecerá sequer como controvérsia. Suspeito que, provavelmente, os próprios autores não têm consciência do que estão fazendo com o garoto, tampouco este desconfiará do que lhe está sendo feito.

Antes de examinar as credenciais filosóficas do posicionamento adotado por Gaio e Tito sobre valores, gostaria de mostrar seus efeitos práticos no processo educacional. No capítulo 4, eles citaram uma propaganda tola de um cruzeiro marítimo e continuam incitando os seus alunos contra o tipo de linguagem empregada por ela.<sup>2</sup> O anúncio diz que todos aqueles que adquirirem passagens para esse cruzeiro irão “transportar o Oceano Atlântico por onde Drake de Devon navegou”<sup>3</sup>, “em busca do tesouro das Índias”, levando para casa um “tesouro” de “momentos dourados” e “cores cintilantes”. É claro que se trata de um exemplo de péssima redação; uma exploração banal e sentimentalista das emoções de veneração e prazer que as pessoas sentem quando visitam lugares muito associados à história ou a lendas. Se os autores tivessem se mantido em seu campo de especialidade e ensinado os leitores a arte da redação em língua inglesa (como prometeram fazer), sua obrigação seria colocar essa propaganda lado a lado com passagens de grandes autores em que essa mesma emoção recebe o tratamento adequado e depois mostrar a diferença.

Eles poderiam ter usado a famosa passagem de Johnson em *Western Islands* [Ilhas ocidentais], que conclui: “Pouco há para se invejar em um homem cujo patriotismo não tenha se intensificado na planície de Maratona ou cuja piedade ganhado força entre as ruínas de Iona”.<sup>4</sup> Poderiam também ter escolhido aquele trecho de *The Prelude* [O prelúdio] em que Wordsworth descreve como a antiguidade de Londres se revelou

diante dele, pela primeira vez, com “força e poder, e esse poder crescia debaixo da força”.<sup>5</sup> Teria valido a pena ensinar uma lição que comparasse esse tipo de literatura com a propaganda e que, de fato, discernisse o bem do mal. Haveria nela algum “sangue e seiva” — árvores do conhecimento e da vida crescendo juntas. E ainda com o mérito de ensinar literatura; assunto no qual Gaio e Tito se mostram, apesar de seu professo propósito, excepcionalmente tímidos.

O que eles fizeram, na verdade, foi destacar que o luxuoso navio a motor não navegaria de fato nas mesmas águas transpostas por Drake, que os turistas não teriam nenhuma aventura, que os tesouros que eles trariam para casa seriam de natureza puramente metafórica e que uma viagem para Margate já seria o suficiente para lhes trazer “todo lazer e descanso” de que necessitavam.<sup>6</sup> Tudo isso é muito verdadeiro; porém, talentos inferiores àqueles de Gaio e Tito teriam sido suficientes para chegar a essas conclusões. O que eles não perceberam, ou não deram importância, foi que grande parte da literatura boa que lida com o mesmo tipo de emoção pode receber um tratamento muito parecido. O que, afinal de contas, a história do cristianismo primitivo britânico, de um ponto de vista puramente racional, pode acrescentar aos motivos para a piedade que existiam no século XVIII? Por que a taberna do Sr. Wordsworth deveria ser mais confortável, ou o ar de Londres mais saudável, só porque a cidade é antiga? Agora, se houver algum obstáculo que impeça um crítico de “menosprezar” Johnson e Wordsworth (e Lamb, e Virgílio, e Thomas Brown, e o Sr. de la Mare) da mesma forma que o *Livro verde* menosprezou a propaganda, Gaio e Tito não deram nenhuma dica para seus estudantes de qual seria.

O estudante não aprenderá absolutamente nada de literatura com base nessa passagem. O que ele adquirirá com bastante rapidez, e talvez de forma indelével, é a crença de que todas as emoções associadas a lugares são, em si mesmas, contrárias à razão e desprezíveis. Ele não terá noção de que há duas formas para se tornar imune a tal propaganda — de que ela é igualmente inútil para aqueles que estão acima dela e para os que estão abaixo dela, para aquele homem de sensibilidade real e para o primata civilizado que nunca imaginou o Atlântico como algo mais do que milhões de toneladas de água salgada e gelada. Existem dois tipos de homens a quem não adianta oferecer um artigo de opinião falaciosa sobre patriotismo e honra: um é o covarde; o outro é o homem honrado e

patriota. Nada disso é apresentado ao aluno. Pelo contrário, ele é encorajado a rejeitar a atratividade do “Oceano Ocidental” com base no argumento bem perigoso de que, ao fazê-lo, ele provará ser um camarada esperto, que não pode ser enganado por especulações baratas. Ao mesmo tempo em que Gaio e Tito não lhe ensinam nada sobre letras, extirpam de sua alma, muito antes de ter crescido o bastante para escolher, a possibilidade de ter experiências defendidas por pensadores de maior autoridade como generosas, frutíferas e humanas.

Entretanto, isso não vale só para Gaio e Tito. Outro livreto, cujo autor vou chamar de Orbílio, escolheu “depreciar” um pequeno e tolo trecho sobre cavalos, em que esses animais são louvados por serem “servos voluntários” dos antigos colonos da Austrália<sup>7</sup>, e ele cai na mesma armadilha que Gaio e Tito. Ele não diz uma só palavra a respeito de Ruksh e Sleipnir, nem sobre os corcéis lacrimějantes de Aquiles, nem dos cavalos guerreiros do livro de Jó — nem mesmo do Irmão Coelho das fábulas infantis de Pedro, o Coelho —, nem da pré-histórica piedade dos homens pelo “nosso irmão boi”, de nenhum desses tratamentos semiantropomórficos que damos aos animais na história da humanidade e na literatura, onde quer que eles encontrem expressões nobres ou mordazes.<sup>8</sup> Nem mesmo dos problemas da psicologia animal, conforme abordados pela ciência, ele fala, contentando-se em explicar que os cavalos não estão, *secundum litteram*, interessados na expansão colonial.<sup>9</sup> Esse tanto de informação é, de fato, tudo o que os seus alunos conseguem obter do autor. Por que essa composição diante deles é má, enquanto outras, que poderiam ser acusadas das mesmas coisas, são boas, ele não explica. Os alunos tampouco aprendem sobre as duas espécies de pessoas que estão, respectivamente, acima e abaixo do perigo que tal escrita proporciona — aquele que realmente conhece cavalos e os ama, não como ilusões antropomórficas, mas com amor comum; e o irremediável e mesquinho homem urbano, para quem um cavalo é um mero meio de transporte antiquado. Os alunos terão perdido qualquer prazer em seus pôneis e cachorros; terão recebido certo incentivo à crueldade ou à negligência; e terão aprendido a ter prazer em sua própria sabedoria. Essa é a lição do dia que eles teriam recebido em língua inglesa, embora não tivessem aprendido nada de inglês. Outra pequena porção da herança humana pode ter-lhes sido roubada antes mesmo que tivessem idade suficiente para entender.

Até aqui, parti do pressuposto de que professores, como Gaio e Tito, não têm uma visão geral do que estão fazendo, portanto, não pretendem que sua ação gere consequências de maior alcance do que de fato terá. É claro que há outra possibilidade. O que eu chamei (partindo do pressuposto de sua concordância com certo sistema tradicional de valores) de “primata civilizado” e de “homem urbano mesquinho” pode ser, precisamente, o tipo de pessoa que eles, de fato, querem produzir. Nesse caso, nossas diferenças serão insuperáveis. Eles podem realmente querer defender que os sentimentos humanos comuns sobre o passado, ou animais, ou grandes quedas d’água sejam contrários à razão e desprezíveis, devendo ser erradicados. Eles podem estar pretendendo fazer uma limpa nos valores tradicionais e dar início a um novo conjunto de valores. Essa posição será discutida mais adiante. Se é essa a posição que Gaio e Tito estão defendendo, devo, por hora, contentar-me em destacar que se trata de uma posição filosófica, não literária. Ao encherem o livro desse tipo de coisa, eles foram injustos para com os pais ou com o diretor que adquiriu uma obra de filósofos amadores, quando, na verdade, esperava ter comprado uma obra de gramáticos profissionais. Uma pessoa poderia ficar chateada se o seu filho voltasse do dentista com os seus dentes intocados e a sua cabeça entupida de *obiter dicta* do dentista sobre bimetalismo ou a teoria baconiana.

No entanto, duvido que Gaio e Tito realmente tenham planejado, sob o pretexto de ensinar inglês, propagar sua filosofia. Penso que eles recaíram nisso pelos motivos a seguir. Primeiro, a crítica literária é difícil, e o que eles fazem, na verdade, é bem mais fácil. Explicar por que o tratamento inadequado de algumas emoções humanas resulta em literatura de má qualidade é, se excluirmos todos os ataques altamente questionáveis à emoção em si, algo muito complicado de se fazer. Penso que até o Dr. Richards, o primeiro a enfrentar o problema da má qualidade na literatura, tenha falhado em fazê-lo. “Menosprezar” as emoções, com base em um senso comum racionalista, é possível praticamente a qualquer um. Em segundo lugar, penso que Gaio e Tito podem ter honestamente compreendido mal a necessidade educacional mais urgente do momento. Eles veem o mundo a seu redor abalado pela propaganda de natureza emotiva — aprenderam a partir da tradição que a juventude é sentimental — e concluem que a melhor coisa a fazer é fortalecer as mentes dos jovens contra as emoções. Minha própria experiência como professor diz o

contrário. Para cada aluno meu que precisa ser protegido contra um leve excesso de sensibilidade, há três que precisam ser despertados do sono da fria vulgaridade. A tarefa do educador moderno não é derrubar florestas, mas irrigar desertos. A defesa certa contra sentimentalismos falaciosos é incutir sentimentos corretos. Quando ajudamos a sensibilidade dos nossos jovens a morrer de inanição, o que fazemos é só torná-los presas mais fáceis do propagandista. Pois a natureza faminta será vingada e um coração duro não é proteção infalível contra a insensatez.

Porém, há uma terceira e mais profunda razão para o procedimento adotado por Gaio e Tito. Eles podem estar perfeitamente prontos para admitir que uma boa educação deve construir certos sentimentos, enquanto destrói outros. É possível até que eles estejam se empenhando nisso, mas é impossível serem bem-sucedidos. Não importa o que eles façam, é o lado “depreciador” de sua obra, e somente esse lado, que vai nos dizer a verdade. Para entender essa necessidade, vou ter que fazer uma breve e clara digressão para mostrar que o que pode ser chamado de situação educacional de Gaio e Tito da de todos os seus precursores.

Até os tempos modernos recentes, todos os professores, bem como as pessoas em geral, acreditavam ser o universo de tal natureza que certas reações emocionais da nossa parte poderiam concordar ou não com ele — acreditavam realmente que os objetos não eram meros receptores, mas poderiam *merecer* nossa aprovação ou desaprovação, nossa reverência ou nosso desdém. A razão por que Coleridge concordou com o turista que chamou a catarata de sublime e discordou daquele que a chamou de bela foi, óbvio, por acreditar que a natureza inanimada era tal que certas respostas pudessem ser mais “justas” ou “ordenadas” ou “apropriadas” do que outras. E ele acreditava (com toda a razão) que os turistas pensavam da mesma forma. O homem que chamou a catarata de sublime não tinha a simples intenção de descrever as suas próprias emoções; ele também estava reivindicando que esse objeto era algo que *merecia* esse sentimento. Porém, nada haveria para concordar ou discordar dessa afirmação. Discordar de *isso é belo* se essas palavras simplesmente descrevessem os sentimentos da moça, seria absurdo! Se ela tivesse dito *estou me sentindo mal*, Coleridge dificilmente responderia *não, eu me sinto muito bem*. Shelley adota a mesma crença quando, tendo comparado a sensibilidade humana com uma lira eólica, vai além, e acrescenta que a sensibilidade se distingue da lira por ter o poder de “ajuste interno”, de “acomodar as suas

cordas aos movimentos daquilo que a toca.”<sup>10</sup> “Alguém pode ser justo”, pergunta Traherne, “a não ser que renda às coisas o respeito que lhes é devida? Todas as coisas foram feitas para ser suas e você foi feito para louvá-las de acordo com o valor delas”.<sup>11</sup>

Santo Agostinho define a virtude como *ordo amoris*, a condição ordenada das afeições, em que cada objeto está de acordo com aquele tipo de grau de amor apropriado para ele.<sup>12</sup> Aristóteles diz que o objetivo da educação é nos deleitarmos e sofrermos com as coisas que nos devem causar deleite ou sofrimento.<sup>13</sup> Ao chegar à idade do pensamento reflexivo, o aluno que foi assim treinado em “afeições ordenadas” ou “sentimentos justos” terá facilidade em descobrir os primeiros princípios da Ética; mas, para o homem corrupto, tais princípios jamais serão visíveis e ele não poderá ter progresso algum nessa ciência.<sup>14</sup> Platão disse o mesmo antes dele. O animalzinho humano não terá a resposta correta a princípio. Ele terá que ser treinado para sentir prazer, gosto, desgosto e raiva daquelas coisas que sejam realmente prazerosas, agradáveis, desagradáveis e odiosas.<sup>15</sup> Na *República*, o jovem bem nutrido é uma pessoa “que veria com mais clareza aquilo que está errado em obras malfeitas do ser humano ou em obras deformadas da natureza e, com um desgosto justo, ele censuraria e odiaria o feio — mesmo ainda na mais tenra idade — e renderia graças à beleza, recebendo-a em sua alma e sendo nutrido por ela, de modo que ele se tornasse um homem de coração gentil. Tudo isso antes mesmo de ele ingressar na idade do raciocínio; de modo que quando a Razão introduzir-se em sua vida, então, graças à forma como foi criado, ele estenderá as mãos para dar as boas-vindas e reconhecê-la, por causa da afinidade que tem com ela”.<sup>16</sup> No hinduísmo antigo, essa conduta do homem, que pode ser chamada de boa, consistia na conformidade ou quase na participação de *Rta* — aquele grande ritual ou padrão da natureza e do sobrenatural revelado de igual forma na ordem cósmica, nas virtudes morais e no cerimonial do templo. A justiça, a retidão, a ordem e a *Rta* são constantemente identificadas com *satya* ou a verdade, correspondência com a realidade. Da mesma forma que Platão dizia que o bem estava “além da existência”, e Wordsworth, que por meio da virtude as estrelas eram fortes, os mestres indianos também diziam que os próprios deuses nascem da *Rta* e lhe obedecem.<sup>17</sup>

O chineses também falam de uma coisa grandiosa (a maior de todas) chamada *Tao*. Trata-se da realidade que vai além de todas as situações, o abismo que havia antes do próprio Criador. Trata-se da Natureza, do Caminho, da Estrada, da Via. Trata-se do Caminho pelo qual o universo caminha, do qual emergem as coisas de forma eterna, silenciosa e tranquila para o espaço e o tempo. Trata-se também da Via que todo homem deve trilhar, imitando o progresso cósmico e supercósmico, conformando todas as atividades àquele grande exemplar.<sup>18</sup> “No ritual”, dizem os analectos, “é a harmonia com a Natureza que é louvada”.<sup>20</sup> À semelhança disso, os judeus antigos louvam a Lei como “verdadeira”.<sup>19</sup>

Passarei a me referir a essa concepção, em todas as suas formas — seja a platônica, aristotélica, estoica, cristã ou oriental em igual medida —, breve e simplesmente como “o *Tao*”. Alguns dos exemplos citados podem parecer, para muitos, meramente excêntricos ou mesmo mágicos, mas o que é comum a todos e algo que não podemos negligenciar é a doutrina do valor objetivo, a convicção de que certas atitudes são realmente verdadeiras, e outras realmente falsas em relação ao que é o universo e o que somos. Aqueles que conhecem o *Tao* podem sustentar que chamar as crianças de adoráveis ou os velhinhos de veneráveis não significa simplesmente registrar um fato psicológico sobre nossas próprias emoções parentais ou filiais naquele momento, mas reconhecer certa qualidade que *demand*a uma resposta, independentemente se a demos ou não. Eu mesmo não aprecio a companhia de crianças pequenas; mas já que falo a partir do interior do *Tao*, reconheço que esse é um defeito meu — da mesma forma que uma pessoa pode ter que reconhecer que é surda ou daltônica. E porque nossas aprovações e desaprovações são, portanto, reconhecimentos de valores objetivos ou respostas a uma ordem objetiva, os estados emocionais podem estar em harmonia com a razão (quando sentimos gosto por aquilo que merece aprovação) ou em desarmonia com ela (quando percebemos que deveríamos gostar de algo, mas não conseguimos fazê-lo). Nenhuma emoção é, em si mesma, um juízo; nesse sentido, todas as emoções e sentimentos são alógicas, mas elas podem ser racionais ou irracionais quando se conformam ou deixam de se conformar à razão. O coração nunca toma o lugar da mente; mas ele pode, e deve, obedecê-lo.

O mundo do *Livro verde* se arma totalmente contra isso. Nele, a própria possibilidade de um sentimento ser racional — ou mesmo irracional — foi excluída logo de cara. Pode ser racional ou irracional apenas no caso de se

conformar ou deixar de se conformar a outra coisa. Dizer que a catarata é sublime significa dizer que nossa emoção de humildade é apropriada ou coordenada com a realidade e, assim, falar de algo que vai além da emoção; de igual modo, dizer que um sapato serve é falar não apenas do sapato, mas também dos pés. Mas essa referência a algo além da emoção é o que Gaio e Tito excluem da própria sentença que carrega um juízo de valor. Tais afirmações, para eles, referem-se somente à emoção. E a emoção, assim considerada isoladamente, não pode nem concordar nem discordar da razão. Ela é irracional, não da mesma forma que um paralogismo, mas como um evento físico; ela não se eleva nem mesmo à dignidade de um erro. De acordo com essa visão, o mundo dos fatos, sem um só traço de valor, e o mundo dos sentimentos, sem um só traço de verdade ou falsidade, justiça ou injustiça, entram em confronto, sem que haja qualquer possibilidade de *aproximação*.

Portanto, o problema educacional se configura completamente diferente dependendo de onde você se coloca, dentro ou fora do *Tao*. Para aqueles que estão dentro, a tarefa essencial se encontra em treinar no aluno aquelas reações que são em si mesmas apropriadas, quer alguém as esteja assumindo ou não, e em fazer aquilo de que consiste a natureza do homem. Aqueles que estão fora, pela lógica, deveriam se remeter aos sentimentos como sendo todos igualmente não racionais, como névoas que se interpõem entre nós e os objetos reais. O efeito disso é que eles têm que se decidir entre remover da mente do aluno o máximo de sentimentos possível, encorajando assim alguns sentimentos por motivos que nada têm a ver com sua “justiça” ou “apropriação” intrínsecas. Essa última alternativa os envolve no duvidoso processo de criar em outros, por meio de “sugestão” ou encantação, uma miragem que a sua própria razão havia conseguido dissipar com sucesso.

Talvez isso se torne mais claro se tomarmos um exemplo concreto. Quando um pai romano dizia ao seu filho que morrer pelo país era uma coisa doce e digna de se fazer, este acreditava no que lhe fora dito. O pai estava comunicando ao filho uma emoção que ele mesmo compartilhava e acreditava como morte digna. Ele estava dando ao garoto o melhor de si, doando parte do seu espírito para humanizá-lo, da mesma forma que ele havia doado parte do seu corpo para concebê-lo. Mas Gaio e Tito não conseguem acreditar que o pai ao chamar tal morte de doce e digna estivesse dizendo “qualquer coisa importante sobre algo”. O próprio

método de depreciação de Gaio e Tito se voltaria contra eles se tentassem fazer isso, porque a morte não é para ser comida e, por isso, não pode ser *dulce* no sentido literal, também é improvável que as sensações reais que a precedem pudessem ser *dulce*, nem mesmo por analogia. E quanto ao *decorum* trata-se apenas de uma palavra para descrever como outras pessoas se sentiriam ao pensarem sobre a própria morte, o que não deve acontecer com muita frequência e certamente não lhes fará bem algum. Só há duas possibilidades abertas para Gaio e Tito; ou eles devem trilhar todo o caminho e menosprezar este, bem como qualquer outro sentimento, ou devem se preparar para produzir, de fora, um sentimento que eles acreditam não possuir nenhum valor para o aluno e que pode lhe custar a vida, porque é útil para nós (os sobreviventes) que nossos jovens devam sentir isso. Se eles optarem pelo segundo caminho, a diferença entre a velha e a nova educação será significativa. Enquanto a velha se empenhava numa iniciação, a nova meramente “condiciona”. A velha lidava com os seus alunos como pássaros adultos lidam com os filhotes quando lhes ensinam a voar; a nova lida com eles mais como um domesticador de aves que lida com jovens pássaros — fazendo-lhes isso ou aquilo com um propósito que as próprias aves desconhecem. Em uma palavra, a antiga era uma espécie de difusão — homens transmitindo humanidade para outros homens; a nova não passa de propaganda.

Deve-se admitir, em favor de Gaio e Tito, que eles abraçam a primeira alternativa. A propaganda é a sua abominação; não porque sua própria filosofia dê um motivo para condená-la (ou qualquer outra coisa), mas porque eles são melhores do que os seus próprios princípios. Eles provavelmente têm uma vaga noção (vou examinar isso mais adiante) de que o valor, a boa-fé e a justiça poderiam ser suficientemente recomendados para o aluno, com base no que eles chamam de motivos “racionais”, “biológicos” ou “modernos”, caso isso se torne necessário. Nesse meio tempo, eles deixam o assunto como está e seguem menosprezando a torto e a direito.

Entretanto, esse caminho, embora menos desumano, não é menos desastroso do que a alternativa oposta de propaganda cínica. Vamos supor, por um momento, que as virtudes mais duras pudessem realmente ser justificadas teoricamente sem nenhum apelo aos valores objetivos. Continua valendo que nenhum juízo de valor seja capaz de habilitar o homem a ser virtuoso. Sem o auxílio das emoções treinadas, o intelecto é

impotente contra o organismo animal. Eu antes jogaria cartas com uma pessoa que fosse cética em relação aos valores éticos, mas criada para crer que “cavaleiros não trapaceiam”, do que com um filósofo moral irrepreensível, que tenha sido criado entre trapaceiros. Numa batalha, não é o silogismo que irá manter os nervos e músculos relutantes a postos na terceira hora do bombardeio. O mais rude sentimentalismo (que Gaio e Tito tanto desprezam) sobre uma bandeira, um país ou regimento seria de mais utilidade. Fomos instruídos quanto a isso há muito tempo por Platão. Da mesma forma que o rei governa por meio de sua nobreza, a Razão no homem deve governar os meros apetites por meio do “elemento essencial”.<sup>21</sup> A cabeça governa os membros inferiores por meio do peito — que é o trono, de que nos fala Alanus, da Magnanimidade<sup>22</sup>, de emoções organizadas pelo treinamento do hábito para ter sentimentos estáveis. Sentimento-Magnanimidade-Peito — esses são os oficiais da relação amorosa entre o homem cerebral e o visceral, pois pelo intelecto ele é simples espírito e por seu apetite, mero animal.

A operação do *Livro verde* e de gêneros semelhantes é produzir o que pode ser chamado de Homens sem peito. Trata-se de um ultraje o fato de usualmente se falar deles como intelectuais. Isso lhes dá a chance de dizer que um ataque a eles é um atentando contra a inteligência. Não é bem assim. Eles não se destacam de outros seres humanos por possuírem qualquer habilidade especial para descobrir a verdade, nem [por demonstrarem] qualquer ardor casto ao persegui-la. Na verdade, seria estranho se eles se mostrassem assim; uma devoção perseverante à verdade, um belo senso de honra intelectual, não podem ser sustentados por muito tempo sem o auxílio do tipo de sentimento que Gaio e Tito menosprezariam tão prontamente quanto quaisquer outros. Não é o excesso de pensamento, mas uma carência de emoções férteis e generosas, que os marca. Suas cabeças não são maiores do que as ordinárias; é a atrofia do peito, que se situa abaixo, que os faz parecer assim.

E o tempo todo — tal é a situação tragicômica em que nos encontramos — nós continuamos a clamar por aquelas qualidades precisas que admitimos serem impossíveis. Dificilmente você poderia abrir um periódico sem tropeçar na afirmação de que nossa civilização precisa de mais “movimento”, ou dinamismo, ou abnegação ou “criatividade”. Em uma espécie de ingenuidade macabra, removemos o órgão e demandamos sua função. Criamos os homens sem peito e esperamos deles a virtude e a

iniciativa. Zombamos da honra e ficamos chocados ao encontrar traidores em nosso meio. Nós os castramos e exigimos dos castrados que sejam frutíferos.

*O homem nobre dedica seus esforços às  
Raízes.*

CONFÚCIO, *Analectos*, i.2

## *O caminho*

A consequência prática da educação no espírito do *Livro verde* deve ser a destruição de uma sociedade que o aceita, mas isso não é necessariamente uma refutação da teoria do subjetivismo dos valores. A verdadeira doutrina pode ser tal que, se a aceitarmos, morreremos. Ninguém que fala a partir de dentro do *Tao* poderia rejeitá-la por tal motivo: ἐν δὲ φάει καὶ ὄλεσσον.<sup>1</sup> Mas ainda não chegamos a esse ponto. Há outras dificuldades de natureza teórica na filosofia de Gaio e Tito.

Por mais subjetivistas que eles possam ser em relação a alguns valores tradicionais, Gaio e Tito mostraram, pela própria iniciativa de escrever o *Livro verde*, que deve haver outros valores que, para eles, nada têm de subjetivos. Eles escrevem para produzir certos estados de espírito na nova geração, não propriamente por achar que esses estados de espírito sejam intrinsecamente justos ou bons, mas certamente porque supõem que sejam o meio para algum estado de sociedade que consideram desejável. Não seria difícil extrair de várias passagens do *Livro verde* qual o seu ideal. Mas não precisamos chegar a esse ponto. O importante não é a natureza precisa de sua finalidade, mas o fato de eles terem tido uma finalidade qualquer. Eles tinham que tê-la tido, do contrário, o seu livro (sendo puramente prático em sua intenção) teria sido escrito de forma despropositada. E tal finalidade precisava ter grande valor aos olhos deles. Seria um subterfúgio abster-se de chamá-la de boa e usar, em vez disso, predicados como “necessária”, “progressiva” ou “eficiente”. Num debate, eles poderiam ser forçados a responder às questões “necessário para quê?”, “progredindo rumo a quê?” e “eficiente para quê?”, tendo então que admitir, por fim, que alguns estados de coisas são bons por si próprios, mesmo na opinião deles. E, dessa vez, eles não poderiam alegar que “bom” descreve somente as suas próprias emoções, porque o único propósito do livro é condicionar o jovem leitor a concordar com suas

opiniões, o que seria a tentativa de um tolo ou de um vilão, a não ser que eles sustentassem que suas opiniões são de alguma forma válidas ou corretas.

Gaio e Tito, na verdade, revelam-se como autores que sustentam, com um dogmatismo completamente acrítico, todo o sistema de valores que estava em voga entre os jovens moderadamente educados de classe média no período entre guerras.<sup>2</sup> Seu ceticismo em relação aos valores está na superfície: ele é para ser aplicado às outras pessoas; quanto aos valores correntes no seu próprio arraial, eles não poderiam ser menos céticos. E esse fenômeno é muito comum. Muitos daqueles que “depreciam” valores tradicionais ou (como eles os chamariam) “sentimentalistas” têm valores próprios que eles acreditam serem imunes a tal processo de depreciação. Eles alegam estar interrompendo o crescimento parasitário das emoções, sanção religiosa e tabus herdados, a fim de que os valores “reais” e “básicos” pudessem emergir. Vou agora tentar mostrar o que acontece quando se experimenta seriamente pôr isso em prática.

Vamos continuar no exemplo anterior — da morte por uma boa causa — não porque, claramente, a virtude único valor ou o martírio a única virtude, mas porque esse seja o *experimentum crucis* expõe diferentes sistemas de pensamento à mais clara luz. Vamos supor que uma pessoa inovadora em termos de valores se refira a *dulce et decorum* e *nenum hominem teve maior amor* como sentimentos meramente irracionais que devem ser extirpados a fim de que possamos alcançar o fundo “realista” ou “básico” desse valor. Onde ele poderá achar essa base?

Primeiro de tudo, ele poderia dizer que o valor real se encontra na utilidade de tal sacrifício para a comunidade. O “bem”, ele pode dizer, “*significa* o que é útil para a sociedade”. Mas é claro que a morte de toda a comunidade não pode ser útil para ela — apenas a morte de algum de seus membros. O que se quer dizer realmente é que a morte de alguns homens é útil para outros. Isso é bem verdade. Mas com base em que esses homens estão sendo solicitados para morrer em benefício de outros? Todo e qualquer apelo ao orgulho, honra, vergonha ou amor é excluído por hipótese. Usar desses recursos seria um regresso ao sentimento, e a tarefa do inovador é, tendo podado tudo isso, explicar aos homens, com base na pura e simples razão, por que eles deveriam morrer a fim de que outros pudessem viver. Ele poderia dizer: “A menos que alguns de nós se *arrisquem* a morrer, todos nós morreremos *com certeza*”. Mas isso só seria

verdade em uma quantidade limitada de casos; e mesmo que fosse, provocaria um revide bastante razoável: “Por que eu deveria ser um daqueles a assumir o risco?”

A essa altura, o Inovador poderia perguntar, por que, afinal de contas, o egocentrismo deveria ser mais “racional” ou “inteligente” do que o altruísmo. A pergunta é bastante pertinente. Se por Razão queremos dizer o processo de fato empregado por Gaio e Tito, quando estavam engajados em depreciar (isto é, fazer uma associação, por inferência, com proposições, a partir de outras suposições, em última instância, derivadas dos dados sensíveis), então a resposta deveria ser que a recusa de se sacrificar não é mais racional do que o consentimento em fazer tal coisa. Nem menos racional. Nenhuma dessas escolhas é, em absoluto, racional — ou irracional. Não se pode inferir conclusões *práticas* de proposições sobre o fato isolado. O argumento de que *Isso preservará a sociedade* não pode levar a *faça isso*, exceto pela mediação da outra proposição; *a sociedade deve ser preservada*. A afirmação *Isso vai custar a sua vida* não pode conduzir diretamente a um *não faça isso*; uma coisa só levará à outra por um desejo sentido ou um dever de autopreservação que tenha sido reconhecido. O Inovador procura chegar a uma conclusão no modo imperativo a partir das promessas que estão no modo indicativo e por mais que continue tentando por toda a eternidade, ele não obterá sucesso, pois é impossível. Por isso, devemos, ou estender a palavra Razão para incluir o que nossos ancestrais chamavam de Razão Prática e confessar que juízos como *a sociedade deve ser preservada* não são meros sentimentos, mas a própria racionalidade (embora eles não possam preservar a si mesmos por nenhuma razão do tipo exigido por Gaio e Tito); ou, então, teremos que desistir imediatamente, e para sempre, da tentativa de encontrar o núcleo do valor “racional” por trás de todos os sentimentos que estávamos menosprezando. O Inovador não optará pela primeira alternativa porque os princípios práticos conhecidos a todos os homens pela razão são simplesmente o *Tao*, que ele estava empenhado em suplantar. É mais provável que ele desista da busca pela essência “racional” e passe a se empenhar em caçar algum outro fundamento até mais “básico” e “realista”.

Provavelmente, ele achará que terá descoberto isso por Instinto. Para ele, a preservação da sociedade, e a da espécie em si, são finalidades que não dependem da trama precária da Razão; eles são dados por Instinto. Eis

porque não há motivo para argumentar contra a pessoa que não percebe tais fins. Temos uma urgência instintiva de preservar a nossa própria espécie. Eis porque o homem deve trabalhar para a posteridade. Não temos urgência instintiva de manter promessas ou de respeitar a vida individual: eis porque podem ser devidamente ignorados todos os escrúpulos de justiça e humanidade — na verdade, o *Tao* — quando se está em conflito com nossa finalidade real, a preservação da espécie. É por essa razão que a situação moderna permite e demanda uma nova moralidade sexual; os antigos tabus serviram ao propósito real de ajudar a preservação da espécie, mas os contraceptivos modificaram isso e agora podemos abandonar muitos desses tabus. Pois é claro que o desejo sexual, sendo instintivo, deve ser satisfeito, desde que não entre em conflito com a preservação da espécie. Parece, portanto, que uma ética baseada no instinto dará ao Inovador tudo que ele deseja e irá liberá-lo de tudo que for contrário ao seu desejo.

Na realidade, com isso não avançamos nem um pouco. Não vou insistir no ponto de que Instinto é o nome dado para aquilo que desconhecemos (dizer que as aves migratórias acham o seu caminho por instinto não passa de uma forma de dizer que desconhecemos como é que as aves migratórias acham o seu caminho), pois penso que seja aqui usado em um sentido francamente definido para se referir a um impulso não refletido ou espontâneo, amplamente sentido pelos membros de dada espécie. De que forma o Instinto, assim concebido, irá nos ajudar a descobrir os valores “reais”? Será que está sendo sustentada a ideia de que *temos que* obedecer ao Instinto e não podemos agir de outra forma? Mas, nesse caso, por que são escritos livros como o *Livro verde* e outros do gênero? Por que tanto esforço para nos levar a um caminho que nem teríamos como evitar de trilhar? Por que louvar tanto aqueles que se submeteram ao inevitável? Ou será que estão defendendo que, se obedecermos ao Instinto, seremos mais felizes e satisfeitos? Mas a questão que estamos considerando aqui é, mais precisamente, a do enfrentamento da morte, que (até o Inovador sabe muito bem) descarta toda possibilidade de satisfação; e se temos um desejo instintivo para o bem da posteridade, então esse desejo, pela precisa natureza do caso, jamais poderá ser satisfeito, já que o seu objetivo estará alcançado, no máximo, quando estivermos mortos. Tudo indica que o Inovador não diria que somos fadados a obedecer ao Instinto, nem que ele nos satisfará se o seguirmos, mas que *temos o dever de* obedecê-lo.<sup>3</sup>

Mas por que deveríamos obedecer ao Instinto? Por acaso há algum instinto de ordem superior que esteja nos dirigindo para obedecer especificamente a *este* e a um terceiro instinto, de ordem ainda superior, que nos guie no sentido de obedecer ao anterior? Uma regressão infinita de instintos? Isso é presumivelmente impossível, mas nada mais servirá. A partir da afirmação do fato psicológico “Eu tenho um impulso de fazer determinada coisa”, não podemos, por ingenuidade, concluir como princípio prático “então devo obedecer a este impulso”. Mesmo se fosse verdade que os homens têm um impulso espontâneo, irrefletido, para sacrificar as suas próprias vidas para a preservação de seus semelhantes, outra questão bem diferente e separada, quer seja para decidir se este é um daqueles impulsos que devem ser controlados ou reprimidos. Pois até o Inovador admite que muitos impulsos (aqueles que entram em conflito com a preservação da espécie) devem ser controlados. E essa admissão certamente nos leva a uma dificuldade ainda mais fundamental.

Dizer-nos para obedecer ao Instinto é como nos mandar obedecer a “pessoas”. E as pessoas dizem coisas diferentes; assim também nossos instintos, que estão em guerra. Há quem defenda que o instinto de preservação da espécie sempre deva ser obedecido, às custas de nossos outros instintos. Mas nesse caso, essa regra de precedência advém de onde? Seria muito simplista dizer que demos ouvidos ao instinto que fala em causa própria e decide a seu próprio favor. Cada instinto, se dermos ouvidos a ele, reivindicaria que deve ser satisfeito às custas dos outros. Só de darmos ouvidos a um, em vez de aos outros, já estamos prejudgando o caso. Se não examinarmos nossos instintos comparando a dignidade de cada, nunca conseguiremos aprender essa dignidade com eles. Essa compreensão não pode ser instintiva; o juiz não pode ser ao mesmo tempo julgado, caso contrário, a decisão será inútil e não haverá razão para colocar a preservação da espécie acima da autopreservação ou do apetite sexual.

A noção de que, sem apelar para qualquer corte mais alta do que os próprios instintos, podemos, ainda assim, achar motivos para preferir um instinto em detrimento de outros, é muito difícil de aceitar. Estaremos nos agarrando a palavras inúteis: chamadas de instintos “básicos”, “fundamentais”, “primários” ou “mais profundos”. Elas não têm valia alguma. Ou essas palavras escondem um juízo de valor passado *sobre* o instinto e, portanto, não derivado *dele*, ou, então, elas meramente

registram a sua intensidade sentida, a frequência de sua operação e seu amplo alcance. No primeiro caso, toda a tentativa de basear os valores nos instintos terá sido abandonada; no último, essas observações sobre os aspectos quantitativos do evento psicológico não levam a nenhuma conclusão prática. É o velho dilema: Ou as premissas já carregavam em si um imperativo, ou a conclusão continua não passando de um indicativo.<sup>4</sup>

Finalmente, vale a pena indagar-se a respeito da possibilidade de *haver* sequer um instinto de cuidado com a posteridade ou preservação da espécie. Não consigo descobri-lo em mim mesmo, e olha que sou um homem que pensa bastante na posteridade remota — um homem que lê Olaf Stapledon com prazer. Acho muito mais difícil acreditar que a maioria das pessoas que se sentou na minha frente no ônibus, ou passou horas comigo em filas, sintam um impulso irrefletido de fazer qualquer coisa com relação à espécie ou à posteridade. Só pessoas educadas de uma forma particular podem ter a ideia de “posteridade” em mente. É difícil atribuir ao instinto nossa atitude em relação a um objeto que existe apenas para pessoas dotadas do hábito da reflexão. O que temos por natureza é um impulso de preservar nossos próprios filhos e netos; um impulso que se torna progressivamente mais fraco à medida que a imaginação vai despontando, até acabar se extinguindo nos “desertos da futilidade devastadora”. Nenhum pai e mãe que tenha sido guiado por esse instinto sonharia, por um só momento, em defender as reivindicações dos seus descendentes hipotéticos contra aqueles do bebê real que grita de alegria e esperneia no quarto ao lado. Aqueles entre nós que aceitam o *Tao* poderiam até dizer que eles não só podem como devem fazer isso, mas essa possibilidade não está aberta para aqueles que tratam o instinto como a fonte dos valores. Quando passamos do amor de mãe para o planejamento racional do futuro, estamos passando do domínio do instinto para aquele das escolhas e reflexão. E se é para o instinto ser a fonte dos valores, o planejamento para o futuro passa a ser menos respeitável e menos obrigatório do que a linguagem empregada com o bebê e o aconchego da mãe mais preocupada ou do que as anedotas de berçário mais impertinentes de um pai afetuoso. Se o instinto for nossa base, essas coisas se tornam a substância, e o cuidado com a posteridade, a sombra — uma gigantesca e bruxuleante sombra de felicidade lançada na tela do futuro desconhecido. Não estou dizendo que essa projeção seja má, mas também não sou eu quem acredita que o instinto seja o fundamento dos

juízos de valor. Absurdo seria reivindicar que a preocupação com a posteridade se justifica no instinto e depois zombar do único instinto no qual se supunha que ele repouse. Seria como arrancar a criança do busto da sua mãe para depois jogá-la na creche ou no jardim de infância em nome do progresso e da raça vindoura.

A verdade acaba se evidenciando no fim, o Inovador não encontrará bases para um sistema de valores em operações com proposições fatuais, nem naquelas com apelo ao instinto. Nenhum dos princípios que ele requer pode ser encontrado ali, mas todos podem ser encontrados em outro lugar. “Tudo que se encontra dentro dos quatro mares são os seus irmãos” (xii. 5), afirma Confúcio sobre o *Chün-tzu*, o *cuor gentil* [coração gentil], ou cavalheiro. *Humani nihil a me alienum puto*<sup>5</sup>, diz o estoico. “Tudo o que quereis que vos façam, fazei vós a eles”, diz Jesus. “A humanidade deve ser preservada”, diz Locke.<sup>6</sup> Todos os princípios práticos por trás da luta do Inovador pela posteridade ou sociedade ou espécie estão, desde tempos imemoriais, no *Tao*, e em nenhum outro lugar. A menos que você aceite sem questionamento que os axiomas são para o mundo da teoria o que esses princípios são para o mundo da ação, você não pode ter quaisquer princípios práticos. Eles não são conclusões que se tire, mas são premissas. Uma vez que eles não podem “justificar-se” a si mesmos para calar Gaio e Tito, você pode tomá-los como sentimentos, mas deve abrir mão de contrastar valores “reais” ou “racionais” com valores sentimentalistas. Todo valor será sentimental; e deve reconhecer (sob pena de abandonar todo e qualquer valor) que todo sentimento não é “meramente” subjetivo. Você pode, por outro lado, referir-se a eles como racionais — ou melhor, como a própria racionalidade — como coisas tão obviamente razoáveis que eles não demandam e nem admitem prova. Mas, então, você terá que admitir que a razão pode ser prática, que não se deve descartar um *dever ser* só porque ele não pode garantir um *será*. Se nada evidencia-se por si mesmo, nada pode ser provado. À semelhança, se nada é obrigatório por si mesmo, não há nada que possa ser considerado obrigatório.

Para alguns, pode parecer que eu só recauchutei com outro nome, aquilo que sempre foi chamado de instinto básico ou fundamental, mas há muito mais envolvido nisso do que uma simples escolha de palavras. O Inovador ataca os valores tradicionais (o *Tao*) em defesa do que supõe a princípio (em algum sentido especial) serem valores “racionais” ou “biológicos”.

Mas como vimos, todos os valores que ele usa ao atacar o *Tao*, ou mesmo as reivindicações que faz de o estar substituindo, são, por si mesmas, derivadas do *Tao*. Se ele tivesse realmente iniciado do zero, a sem a tradição humana do valor, nada poderia tê-lo feito avançar sequer um centímetro na concepção de que um homem deveria morrer pela comunidade ou trabalhar pela posteridade. Se o *Tao* cair, todas as suas próprias concepções de valor cairão com ele. Nenhuma poderá reivindicar qualquer autoridade diferente daquela do *Tao*. Somente pelos fragmentos herdados dele, o Inovador estaria habilitado a atacá-lo. A questão que surge, portanto, é: Qual é a autoridade do Inovador para selecionar e aceitar pedaços do *Tao* e rejeitar outros? Pois, se as partes que ele rejeita não têm autoridade, aquelas que ele retém também não terão; se as que ele retém são válidas, as que ele rejeita também serão válidas.

O Inovador, por exemplo, valoriza muito os interesses da posteridade, embora não possa obter nenhuma reivindicação válida para a posteridade a partir dos instintos ou (no sentido moderno) da razão. Na verdade, ele estará derivando nosso dever para com a posteridade do *Tao*; nosso dever de fazer o bem a todos os homens é um axioma da razão prática e nosso dever de fazer o bem aos nossos descendentes é uma clara dedução disso. Mas então, em toda a forma de *Tao* que nos foi legada, lado a lado com o dever para com filhos e descendentes, encontra-se o dever para com os pais e ancestrais. O que nos dá o direito de rejeitar um e aceitar o outro? Mais uma vez, o Inovador pode colocar o valor econômico em primeiro lugar. Que as pessoas tenham alimento e vestimentas é o grande fim, e os escrúpulos quanto à justiça e à boa-fé podem ser postos de lado se ele for cumprido. É claro que o *Tao* concorda com a importância de que as pessoas tenham alimentos e roupas. A menos que o inovador esteja, ele mesmo, usando o *Tao*, ele nunca poderia ter aprendido tal dever, mas no *Tao*, ao lado disso, encontram-se aqueles deveres de justiça e boa-fé que ele está pronto a menosprezar. O que o autoriza a fazer isso? Quem me garante que ele não seja um ufanista, um racista, um nacionalista extremo, que defende que o progresso de seu próprio povo seja o objeto para o qual todos os outros deveriam se render. No entanto, nenhum tipo de observação dos fatos e nenhum apelo ao instinto vai lhe dar qualquer base para essa opção. Mais uma vez, ele está, na verdade, extraíndo-a do *Tao*; um dever para com o sangue do nosso sangue, porque a nossa própria consanguinidade é uma parte da moralidade tradicional. Entretanto, lado a

lado com o *Tao*, e limitando-o, encontram-se as exigências inflexíveis da justiça, bem como a regra de que, a longo prazo, todos os homens são nossos irmãos. De onde procede a autoridade do Inovador para a tomada de decisão e escolha?

Por não vislumbrar respostas para essas questões, posso chegar às conclusões seguintes: Isso que eu chamei de *Tao*, por questão de conveniência, e que os outros podem chamar de Lei Natural, Moralidade Tradicional, Primeiros Princípios da Razão Prática ou Primeiras Trivialidades, não é um de uma série de sistemas de valor possíveis. Trata-se da única fonte de todos os juízos de valor. Se ela for rejeitada, todos os valores terão sido rejeitados. Se qualquer desses valores for observado, ela também será observada. O esforço por refutá-la e para erigir um novo sistema de valores no seu lugar é um contrassenso. Nunca houve e nunca haverá um juízo de valor radicalmente novo na história do mundo. O que hoje se constituem em novos sistemas ou (como eles costumam chamá-los agora) “ideologias”, não passam de fragmentos do próprio *Tao*, arbitrariamente deslocados do seu contexto mais amplo e depois levados à loucura em seu isolamento, sendo que a sua validade continua, ainda assim, a ser devida ao *Tao* e a ele somente. Se o meu dever para com meus pais é uma superstição, então o meu dever para com a posteridade também é. Se a justiça é uma superstição, então o mesmo vale para o meu dever para com o meu país ou minha raça. Se seguir no rastro do conhecimento científico é um valor real, o mesmo vale para a fidelidade conjugal. A rebelião de novas ideologias contra o *Tao* é a rebelião dos ramos contra a árvore; se os rebeldes tiverem sucesso, acabarão descobrindo que terão acarretado a destruição de si mesmos. A mente humana não tem mais poder de inventar um novo valor do que de imaginar uma nova cor primária ou até de criar um novo sol e um novo céu, no qual ele possa se mover.

Será que isso significa, então, que jamais se possa progredir em nossas percepções de valor? Que estamos amarrados para sempre a um código imutável? E será que, de qualquer forma, será possível falar em obedecer ao que eu chamo de *Tao*? Se juntarmos as moralidades tradicionais do Oriente e do Ocidente, a cristã, a pagã e a judaica, da forma como eu fiz, será que não vamos encontrar contradições e alguns absurdos? Reconheço tudo isso. Sempre será necessária alguma crítica, alguma remoção de

contradições, até mesmo algum desenvolvimento real, mas não há dois tipos muito diferentes de crítica.

Um teórico da linguagem pode querer abordar a sua língua materna, como se estivesse de fora dela, como se fosse uma coisa que não tem nenhuma influência sobre ele e defender alterações massivas do seu idioma, motivado pelo interesse da conveniência comercial ou precisão científica. Isso é uma coisa. Já um grande poeta que “amou e esteve bem nutrido por sua língua materna” também pode querer empreender grandes mudanças nela, mas suas mudanças linguísticas são feitas no espírito da própria língua; ele estará trabalhando de dentro dela. A língua, que sofrerá as mudanças, também as terá inspirado. Isso é totalmente diferente — tão diferente quanto as obras de Shakespeare diferem do Inglês Básico.<sup>7</sup> Trata-se da diferença entre alterações feitas a partir de dentro e de fora de algo; entre o orgânico e o cirúrgico.

Da mesma forma, o *Tao* admite o desenvolvimento a partir de dentro. Há uma diferença entre o avanço moral legítimo e a mera inovação. Do “Não faça aos outros o que não gosta que façam a você” de Confúcio para o dito cristão “Em tudo, façam aos outros o que vocês querem que eles lhes façam” há um avanço real. A moralidade de Nietzsche é mera inovação. O primeiro exemplo é um avanço porque ninguém que não tenha admitido a validade da velha máxima poderia ver na razão o motivo para aceitar a nova, e qualquer um que aceite a velha reconheceria na hora a nova como uma extensão do mesmo princípio. Caso a rejeitasse, seria por considerá-la supérflua, como algo que foi longe demais, não como diferente de suas próprias ideias de valor. No entanto, a ética nietzschiana só pode ser aceita se estivermos dispostos a destruir todas as morais tradicionais e descartá-las como equivocadas, colocando-nos depois numa posição a partir da qual não podemos encontrar fundamento para quaisquer juízos de valor. Trata-se da diferença entre alguém que nos diga: “Se você gosta que os seus legumes estejam moderadamente frescos por que, então, não os planta por si mesmo para tê-los perfeitamente frescos?” e alguém que diz “Jogue fora aquele pão e experimente comer tijolos e centopeias no lugar”.

Aqueles que entendem o espírito do *Tao* e que foram levados por esse espírito podem modificá-lo em direções que esse mesmo espírito demanda. Só eles podem saber que direções são essas. A pessoa que está de fora nada sabe acerca do assunto. Suas tentativas de alteração, como vimos, são contraditórias. Assim, longe de estar em condições de

harmonizar discrepâncias na sua letra, penetrando no seu espírito, ela se agarra a algum mero preceito isolado, em que os acidentes do tempo e do espaço tenham, por acaso, chamado a sua atenção e, então, os leva até às últimas consequências — por nenhum motivo particular. A única autoridade para modificar o *Tao* vem de dentro do próprio *Tao*. Isso é o que Confúcio quis dizer quando afirmou que “é inútil buscar conselho daqueles que seguem um caminho diferente”.<sup>8</sup> Eis porque Aristóteles disse que só aqueles que foram bem-criados podem ter sucesso no estudo da ética; para o homem corrupto, o homem que se coloca fora do *Tao*, o ponto de partida exato dessa ciência se torna invisível.<sup>9</sup> Ele pode ser hostil, mas não pode ser crítico; nem ao menos saberá do que se trata. Eis por que também foi dito que “essas pessoas que não conhecem a Lei são malditas”<sup>10</sup> e “aquele que não crê deve ser amaldiçoado”.<sup>11</sup> Pode até ser útil ter a mente aberta em questões não essenciais, mas ter a mente aberta em relação aos fundamentos derradeiros, seja da Razão Teórica ou da Prática, é pura idiotice. Se por acaso a mente de uma pessoa estiver aberta para essas coisas, é preciso fazer com que, ao menos, ela se cale. Não se deve dizer nada com essa finalidade. Fora do *Tao* não há base para criticar, seja o *Tao*, seja qualquer outra coisa.

Em certos casos pode, sem dúvida, ser uma questão delicada tentar decidir onde acaba o criticismo interno e onde se inicia o tipo fatal que é o externo. Mas, já teremos assumido a posição errada, sempre que algum preceito de moralidade tradicional for desafiado a se justificar, como se coubesse a ele o ônus da prova. O reformador legítimo se esforça para mostrar que o preceito em questão entra em conflito com algum preceito que os seus defensores creem que seja mais fundamental, ou que ele não incorpora de fato o juízo de valor que professa incorporar. O ataque frontal direto — “Por quê?”, “Que tipo de bem isso pode produzir?”, “Quem foi que disse isso?” — jamais será admissível; não por ser grosseiro ou ofensivo, mas porque nenhum valor, qualquer que seja, pode se justificar a si mesmo nesse nível. Se você persiste *nesses* tipo de teste, irá destruir todos os valores e, assim, as bases sobre as quais sua própria crítica, bem como a coisa criticada, se fundem. Não se deve apontar uma pistola para a cabeça do *Tao*. Nem postergar a obediência a um preceito até que suas credenciais tenham sido examinadas. Somente aqueles que praticam o *Tao* podem entendê-lo. É só o homem bem nutrido, o *cuor gentil*, e somente ele, que pode reconhecer a razão quando ela aparece.<sup>12</sup> Somente Paulo, o

PRÉVIA GRATUITA · OFERTA POR TEMPO LIMITADO

## Você chegou ao fim desta prévia.

Continue lendo "A abolição do homem (Clássicos C. S. L..."  
e mais de 1 milhão de livros — de graça por 30 dias.

★★★★★ Mais de 1 milhão de leitores já aproveitam

### Com o Kindle Unlimited, sua leitura não tem fim:

- ✓ Leia à vontade — explore mais de 1 milhão de títulos sem pagar por livro.
- ✓ Leve para qualquer lugar — baixe o app gratuito e leia onde e quando quiser.
- ✓ Em qualquer tela — celular, tablet, computador ou Kindle — você escolhe.
- ✓ Grandes autores — best-sellers e novos talentos, inclusive títulos em inglês.

**COMEÇAR MEUS 30 DIAS GRÁTIS**

Cobrança só após o período grátis.

- ✓ Pagamento seguro
- ✓ Acesso imediato
- ✓ Cancele quando quiser

Não precisa ter um Kindle: baixe o app gratuito e comece a ler agora.

Se não quiser ler no aplicativo Kindle, compre o livro [clikando aqui](#).